

**LABORATÓRIO INTERINSTITUCIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM
PSICOLOGIA ESCOLAR**

**PSICOLOGIA ESCOLAR E POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NA AMÉRICA LATINA:
PESQUISAS, IMPASSES, DESAFIOS**



ORGANIZADORA
Marilene Proença Rebello de Souza

**PSICOLOGIA ESCOLAR E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO
BÁSICA NA AMÉRICA LATINA: pesquisas, impasses e desafios**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

2021



Ficha Catalográfica

Psicologia Escolar e Políticas Públicas para a Educação Básica na América Latina: pesquisas, impasses e desafios / Marilene Proença Rebello de Souza (Org.). São Paulo: Editora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021, pp.224.

Bibliografia

ISBN: 978-65-87596-12-9

DOI: 10.11606/9786587596129

1. Psicologia Escolar. 2. Políticas Educacionais. 3. América Latina. 4. Políticas Públicas. 5. Educação..

Capítulo 15

Atuação e Formação de Psicólogos na Educação Básica: pesquisas e propostas para as políticas públicas

Marilene Proença Rebello de Souza

Silvia Maria Cintra da Silva

Gisele Toassa

Guarde sempre na lembrança que esta estrada não é sua [é nossa]

Sua vista pouco alcança, mas a terra continua

Segue em frente, violeiro, que eu lhe dou a garantia

De que alguém passou primeiro na procura da alegria

Pois quem anda noite e dia sempre encontra um companheiro

Minha estrada, meu caminho, me responda de repente

Se eu aqui não vou sozinho, quem vai lá na minha frente?

Tanta gente, tão ligeira, que eu até perdi a conta

Mas lhe afirmo, violeiro, fora a dor que a dor não conta

Fora a morte quando encontra, vai na frente um povo inteiro

(A estrada e o violeiro. Sidney Miller, 1967)

É uma alegria estar neste Webinar sobre Atuação e Formação de Psicólogos na Educação Básica: pesquisas e propostas para as políticas públicas, com as Professoras Doutoras Silvia Maria Cintra da Silva (UFU) e Gisele Toassa (UFG), comemorando os 20 anos de atividades do LIEPPE/ USP/UNESP.

A temática das políticas públicas em educação passou a fazer parte das preocupações do campo da Psicologia Escolar e Educacional desde o momento em que a Psicologia Escolar viu-se questionada em relação aos seus princípios epistemológicos e suas finalidades. Tal movimento teve início com a tese de doutorado de Maria Helena Souza Patto defendida em 1981 e publicada em 1984 no livro *Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar*. Além de desnudar as filiações teóricas e as práticas psicológicas em relação às explicações e ao tratamento dado às dificuldades escolares, a autora discutia a serviço de quem tais práticas estariam sendo desenvolvidas e concluía que a atuação dos serviços de Psicologia pouco contribuía para melhorar a qualidade da escola, principalmente das crianças de classes populares.

Apartir desse momento fortaleceu-se no campo da Psicologia Escolar um conjunto de questionamentos a respeito do papel social dessa ciência e dos pressupostos que a orientavam, bem como da formação de psicólogos realizada no Brasil, originando e sustentando um conjunto de trabalhos que permitiram a análise da atuação da Psicologia enquanto ciência em uma sociedade de classes.

As transformações políticas pelas quais passava a sociedade brasileira, na década de 1980, constituíram-se em momento propício para as discussões teórico-metodológicas que orientaram a construção de propostas de atuação de cunho emancipatório, inclusive no campo da Psicologia. Ao lado dos movimentos de trabalhadores metalúrgicos, movimento de professores, movimento pelas eleições diretas, luta pela elaboração da nova constituição de 1988, compromissos foram sendo assumidos pelos profissionais e militantes de diversas áreas de conhecimento, incluindo a Psicologia.

Em pesquisa realizada conjuntamente com Patrícia Lessa (2017), como parte dos estudos de pós-doutorado desenvolvidos no Instituto de Psicologia, sob minha supervisão, tivemos a oportunidade de efetuar um extenso levantamento das pesquisas que se desenvolveram em Programas de Psicologia no estado de São Paulo, totalizando 20 Programas de Pós-graduação *stricto sensu*. A análise dos dados nos permitiu identificar que no período de 1991 a 2014 encontramos 264 pesquisas que tiveram como objeto de estudo políticas públicas, sejam de educação, de assistência, de direitos da criança e do adolescente, de saúde na sua relação com a educação.

O Programa de Pós-Graduação do país que mais desenvolveu estudos sobre o tema foi o de **Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo**. Desse total de 264 pesquisas, 148 realizaram-se neste Programa, correspondendo a 56% do total, destacando-se as seguintes áreas: Políticas de Educação Inclusiva, com 40 pesquisas, Políticas Intersectoriais, 34; Melhoria da Educação, 30; Formação de Professores, 25; Formação e Atuação do Psicólogo Escolar, 15 e Atendimento à Diversidade, 4 pesquisas. Tais pesquisas estão assim distribuídas em uma linha do tempo: 57,7% foram realizadas de 2000 a 2007, e 25,2% na faixa de tempo de 2008 a 2015.

Dentre as linhas de pesquisa, a que mais apresenta dissertações e teses sobre políticas públicas é a “Psicologia Escolar e Educacional”. Esse conjunto de trabalhos distribuiu-se em: 18 pesquisas em Políticas de Melhoria da Educação, 15 em políticas de Educação Inclusiva, 11 em Formação de professores, 10 em Formação e Atuação do psicólogo Psicólogo Escolar, 8 pesquisas em Políticas Intersectoriais.

Esse volume considerável de pesquisas sobre o tema da Atuação e Formação de psicólogas(os) no Brasil dentre outros de igual importância foi adensado por duas grandes pesquisas aqui apresentadas por Gisele Toassa e Silvia Maria Cintra da Silva que propiciaram um conhecimento ampliado das temáticas em função, principalmente, das novas Diretrizes Curriculares Nacionais, cuja primeira edição data de 2004 e das discussões advindas do Ano Temático da Educação do Sistema Conselhos de Psicologia e do projeto de lei que dispõe sobre serviços de Psicologia e Serviço Social na Educação Básica, cujo substitutivo foi apresentado em 2006. Projeto esse que se transformou na Lei nº. 13.935 de 11 dezembro de 2019 que “Dispõe sobre serviços de Psicologia e de Serviço Social na Rede de Educação Básica”, constituindo, dessa forma, a participação dos profissionais em equipes multiprofissionais no interior de projetos

político-pedagógicos das redes de educação brasileiras.

Portanto, podemos dizer que a área de Psicologia Escolar e Educacional realizou nesse período ações importantes no âmbito do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Gostaria de destacar nesse percurso o papel político fundamental que as pesquisas apresentam nesse percurso histórico. A crítica que vem sendo construída há três décadas, pelo menos, à formação e à atuação de psicólogas(os) para atuarem como profissionais em um projeto ético-político de Psicologia, tem se materializado nas concepções e enfoques assumidos pelos pesquisadores, seja no campo da teoria histórico-cultural e histórico-crítica, da teoria da diferença, da teoria crítica, da psicanálise crítica. Tais perspectivas destacam a importância de compreender a formação e a atuação a partir de perspectivas emancipatórias, reconhecer as raízes econômicas, sociais, políticas e culturais das desigualdades sociais, e analisar e trazer elementos para compreender a dimensão da subjetividade no contexto social e histórico.

Em artigo que publicamos em (Souza et al., 2014,) foi possível analisar a produção sobre a atuação de psicólogas(os) a partir dos anos 2000, e nos permite dizer que:

Grande parte das publicações refere-se à atuação de psicólogos na educação e às preocupações e questões dos autores inserem-se nos princípios ético-políticos indicados na visão crítica que tem marcado a área. Desse conjunto de trabalhos, podemos destacar que as finalidades dos trabalhos de investigação ou de intervenção realizados na Educação tomam como base: compreender como se constroem as queixas escolares; repensar as relações institucionais e as práticas escolares que produzem o fracasso escolar; identificar e compreender a influência de elementos externos na produção das queixas escolares como o impacto de políticas públicas na Educação; discutir a questão da prática de atendimento à queixa escolar nas Unidades Básicas de Saúde; romper com os modelos tradicionais de intervenção; apresentar e discutir práticas críticas em Psicologia Escolar e Educacional. Também identificamos a referência à necessidade de: oferecer caminhos possíveis para uma atuação eficiente do profissional da Psicologia alocado no cenário escolar; apresentar aos psicólogos novas formas de olhar o fenômeno da queixa escolar, resgatando a dimensão política, social e institucional da produção dos problemas escolares; expor as bases teóricas, os princípios e o funcionamento de serviços de atendimento à queixa escolar; e discutir sobre novas formas de se realizar uma avaliação psicológica (p. 83-84).

E foi com essas preocupações e questões apresentadas pela via da pesquisa realizada no LIEPPE/ USP, consequente ética e politicamente, que realizamos e participamos de discussões entre profissionais em todo o Brasil, constituindo avanços importantes para uma visão crítica de Psicologia Escolar, com destaque para a realização do Seminário Nacional do Ano da Educação. **Psicologia: na construção da educação**

para todos, realizado em 2008/2009 e nos Congressos Nacionais e Regionais e ações da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional em vários estados brasileiros.

Nesse Seminário em que participaram em torno de 5.000 psicólogos em todo o país, insere-se a discussão da Psicologia na Educação enquanto política pública. No Documento final deste Seminário encontra-se a seguinte reflexão: A política pública de Educação é, sem dúvida, um dos mais importantes desafios para a sociedade brasileira, porque tem histórico de reforçar desigualdades e de excluir, seja dificultando o acesso ao conhecimento e aos espaços de trocas, seja na forma autoritária de transmitir saber. Pautamos nossa inserção em todos os espaços educacionais, na construção de um projeto de Educação que consiga superar o fracasso escolar. Para isso, é necessário romper com práticas profissionais que medicalizam esse fenômeno social. Algumas conquistas merecem ser mencionadas, entre as quais o Projeto de Lei Complementar nº 60/2007, que prevê a inserção do psicólogo e do assistente social educação básica para atuar em perspectiva crítica, rompendo com a visão patologizante das diversas formas de expressão de comportamento (CFP, ano, p.11-12).

Quando a primeira autora deste capítulo participou da Conferência Nacional de Educação em 2010 e escreveu o documento Contribuições da Psicologia para a CONAE – 2010 (CFP, 2010), em que teve a oportunidade de participar como Delegada, juntamente com a Profa. Dra. Beatriz Belluzzo Brando Cunha, realizamos os debates desde o âmbito municipal até o nacional, visando construir os caminhos de uma política pública de atuação profissional centrada no ideário defendido pela perspectiva crítica em Psicologia. Esse caminho é muito importante de ser resgatado e compreendido pois, por meio dele, constituímos as Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica, em 2013.

Nos Congressos Nacionais e Regionais da ABRAPEE temos ampliado a divulgação das pesquisas realizadas neste Laboratório, levando aos psicólogos de todo o país a produção vigente, os impasses, as contradições e os dilemas que temos enfrentado na formação e na atuação profissional.

Um destaque importante no campo da formação está no âmbito da docência em Psicologia ou, ainda, nas disciplinas de Psicologia presentes na formação de professores. As pesquisas têm reiteradamente mostrado que a formação de professores está centrada nos clássicos autores e deixa de levar para a formação o processo de escolarização, a escola na sua positividade, a escola que vive desafios para sua democratização, para o enfrentamento da violência, do preconceito, das desigualdades, das questões de classe, das questões étnico-raciais e por aí vai. Portanto, a pesquisa tem apontado a necessidade de uma participação ativa da Psicologia Escolar na formação de professores para atuar na Educação Básica, inserindo uma leitura crítica do conhecimento da Psicologia para os educadores que estarão diretamente em contato com tais contradições e desafios na rede de ensino.

Assim, passaremos a apresentação de duas pesquisas multicêntricas, que tiveram a participação de vários estados brasileiros e importantes grupos de pesquisa nesses estados. Tais pesquisas puderam contribuir com esse momento da construção de um projeto ético-político para a Psicologia Escolar e Educacional.

Atuação em Psicologia Escolar

O analfabeto político – Bertolt Brecht

O pior analfabeto é o analfabeto político.

Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem de decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância nasce a prostituta, o menor abandonado, o assaltante e o pior dos bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio dos exploradores do povo.

A pesquisa interinstitucional *Atuação do psicólogo na rede pública de educação: práticas, concepções e desafios* (2007-2010) coordenada pela Profa. Dra. Marilene Proença Rebello de Souza e realizada entre 2007 e 2010 partiu de alguns questionamentos, considerando-se o papel das Instituições de Ensino Superior (IES) tanto como centros de formação profissional quanto de desenvolvimento de estudos e práticas em Psicologia Escolar e Educacional:

- de que modo os profissionais que estão na rede pública de educação têm se apropriado dos conhecimentos produzidos na esfera acadêmica?
- tais ações têm acompanhado o percurso da Psicologia Escolar e Educacional quanto ao compromisso social da/o psicóloga/o com uma prática efetivamente emancipatória no que se refere à educação de forma geral e, notadamente, às queixas escolares?
- quais políticas públicas têm sido elaboradas a partir das demandas escolares postas para a atuação da/o psicóloga/o?

Em busca de respostas a essas questões, a pesquisa teve como objetivo geral identificar e analisar práticas desenvolvidas por psicólogos/as da rede pública frente às queixas escolares e, mais especificamente, compreender elementos pertinentes às discussões recentes na área de Psicologia Escolar e Educacional com vistas a um ensino de qualidade para todas/os.

O estudo contou com a participação de sete estados brasileiros: Acre, Rondônia, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina¹⁰; foram contatados 915

¹⁰ As/os coordenadora/es dos subgrupos estaduais foram: Marilene Proença Rebello de Souza e Marcelo Domingues Roman (SP); Iracema Neno Cecílio Tada (RO e AC); Lygia de Sousa Viégas (BA); Silvia Maria Cintra da Silva e Anabela Almeida Costa e Santos Peretta (MG); Marilda Gonçalves Dias Facci (PR) e Celso Francisco Francisco Tondin e Irme Bonamigo (SC). As/os demais participantes são citadas/os no livro oriundo da pesquisa.

municípios e 278 psicólogas/os na primeira fase, em que foi aplicado um questionário. Por meio deste instrumento foi realizado um levantamento e caracterização inicial das/os profissionais, com a solicitação de dados profissionais como formação inicial e continuada; público com que trabalha; modalidades de atuação; projetos desenvolvidos; referencial teórico; concepções sobre Educação; contribuições da/o psicóloga/o à Educação.

Na segunda fase, entrevistamos profissionais a partir das informações advindas dos questionários. “Adotamos como critério de seleção dos municípios [...] a presença de indicativos de uma atuação dos psicólogos em uma perspectiva inovadora, conforme critérios apontados anteriormente, e que contemplasse os avanços teórico-metodológicos da área de Psicologia Escolar e Educacional.” (PERETTA; CALDAS; LARA, 2014, pp. 41-42).

A pesquisa foi publicada no livro *Atuação do psicólogo na Educação Básica: concepções, práticas e desafios* (SOUZA; SILVA; YAMAMOTO, 2014). Naquele momento, Souza finaliza o trabalho afirmando que

Há um movimento de avanço em direção à construção de práticas profissionais no campo da educação que anunciam uma apropriação, por parte das/os psicólogas/os que estão na Educação Pública, dos conhecimentos que vêm sendo produzidos pela academia no que se refere a uma atuação que denominamos crítica em Psicologia Escolar e Educacional. (Souza, 2014, p. 293).

Tais indícios de mudança possibilitaram-nos vislumbrar um caminho possível e também esperançoso para a Psicologia no campo educativo em busca de um processo de ensino e aprendizagem e de uma Educação de qualidade para todos e todas. Ademais, considerando-se o contexto para a formação de psicólogas/os desenhado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais naquele momento, defendíamos uma formação inicial em que fossem contempladas questões que possibilitassem à/ao futura/o profissional uma compreensão crítica e ampliada sobre as queixas escolares, a medicalização da educação e os processos educativos de modo geral.

E, para o psicólogo em exercício, sugerimos propostas de formação continuada que podem se dar por meio de supervisões, projetos de pesquisa e outras modalidades que não se restrinjam a ações imediatistas e de curto alcance, mas que acompanhem os profissionais em seu cotidiano na Secretaria. (Facci & Silva, 2014, p. 282).

Essas considerações finais já apontavam para a necessidade premente de um estudo que se voltasse para a formação em Psicologia. Além disso, passados 10 anos dessa importante pesquisa sobre a Atuação de psicólogas e psicólogos, considerando-se tanto outros estudos como trabalhos aos quais temos acesso e contato como pareceristas e avaliadoras de artigos científicos e resumos para congressos, ponderamos que os avanços constatados nos relatos das/os participantes ainda não

são hegemônicos. Tal precariedade ainda existente na formação e na prática profissional pode ser considerada um alerta sobre a necessidade de cuidarmos ininterruptamente dos processos educativos em Psicologia, seja de estudantes, seja daquelas/es que já atuam na rede pública ou privada.

Formação em psicologia escolar¹¹

Não é no silêncio que os homens se fazem,
Mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão
Paulo Freire

Desde 2004, a formação de psicólogos no Brasil é regida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e as instituições de formação em nível superior tiveram que implementar as adequações e modificações que o novo modelo requer dos currículos e das estruturas de curso até então vigentes e centrados no Currículo Mínimo, o qual correspondia ao essencial para formação do profissional e para dar raízes sólidas a ele, tendo sido criado em 1963 um ano após o reconhecimento da psicologia como profissão (MELLO, 1989)¹², provendo a principal base jurídico-política necessária para o reconhecimento dos cursos de graduação. Apesar de suas fragilidades, garantiu por décadas uma identidade profissional comum a todo o território nacional. As publicações sobre o processo de mudança em direção ao modelo proposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais têm demonstrado a necessidade de mudanças quanto à estrutura do curso, ao perfil profissional dos egressos e à maneira de estabelecer relações significativas entre teoria e prática no contexto curricular e na ação pedagógica, o que criou a necessidade de pesquisar melhor esse processo de mudança.

O LIEPPE envolveu-se na pesquisa *A formação do psicólogo escolar e as Diretrizes Curriculares em Psicologia: concepções teóricas, bases metodológicas e atuação profissional*¹³, proposto a partir de atividades de pós-doutorado de Tânia Suely Azevedo Brasileiro, autora que realizou um estudo piloto com dois cursos de psicologia

¹¹ Slides desta apresentação em <https://ufg.academia.edu/GiseleToassa/Presentations>.

¹² Estabelecido pelo Parecer nº 403, do Conselho Federal de Educação, o Currículo define sete matérias para o Bacharelado e Licenciatura (Fisiologia, Estatística, Psicologia Geral e Experimental, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia da Personalidade, Psicologia Social e Psicopatologia Geral), e para a formação de psicólogo, Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico, Ética Profissional e mais três matérias dentre o seguinte rol: Psicologia do Excepcional, Dinâmica de Grupo e Relações Humanas, Pedagogia Terapêutica, Psicologia do Escolar e Problemas de Aprendizagem, Teorias e Técnicas Psicoterápicas, Seleção e Orientação Profissional e Psicologia da Indústria. Faziam-se necessárias 500 horas de estágio para a integralização curricular (MELLO, 1989).

¹³ Projeto de Auxílio à Pesquisa, Edital MCT/CNPq 14/2009, Edital Universal, processo CNPQ no. 472865/2009-9, realizado no período de 2009 a 2014, coordenado pelas Professoras Doutoras Marilene Proença Rebello de Souza da Universidade de São Paulo e Tania Suely Azevedo Brasileiro da Universidade Federal do Oeste do Pará. Também foi apoiado pela FAPEMIG.

em instituições federais de ensino superior, uma localizada em Minas Gerais e outra em Rondônia. Tal pesquisa destaca-se pela variedade de fontes de informações, suprimindo diversas lacunas também no que se refere à formação em psicologia em um sentido mais geral. A pesquisa deu origem ao livro organizado por Souza et al. (2020).

O objetivo geral da pesquisa foi analisar a formação dada aos futuros psicólogos nos Cursos de Graduação em Psicologia, quanto à ênfase nos processos educativos, tendo em vista as Diretrizes Curriculares Nacionais vigentes em Psicologia e os desafios propostos para a prática profissional na Educação.

Os objetivos específicos do projeto configuram-se em:

1. Traçar quadros teóricos e mapas conceituais a partir da literatura estudada na área da Psicologia Escolar e Educacional, tendo como categorias de análise os elementos que compõem uma perspectiva crítica do trabalho do psicólogo no campo da educação;
2. Analisar os documentos oficiais produzidos pelos cursos de formação e que se referem à dimensão educativa do trabalho do psicólogo (disciplinas, ementas, propostas de estágio curricular, projetos de extensão universitária);
3. Levantar os elementos que compõem o pensamento e a prática docente universitária no que se refere à formação/atuação do psicólogo no campo da educação, a partir da percepção de coordenadores, professores e alunos dos cursos de Psicologia;
4. Confrontar o discurso teórico da área de Psicologia Escolar com os documentos oficiais do curso de formação em Psicologia e o pensamento e a prática docente universitária, considerando possíveis inovações presentes nas disciplinas ministradas, tendo em vista a ênfase “processos educativos e à atuação do psicólogo no campo da educação”, presente na formação de psicólogos no país.

No processo de planejamento e execução da pesquisa multicêntrica houve a participação de pesquisadores dos estados de São Paulo, Rondônia, Minas Gerais e Goiás que utilizaram a mesma metodologia, possibilitando uma análise da formação/prática profissional em psicologia no campo da educação em IES de cada estado. Consideramos que tais estados representam diferentes realidades brasileiras.

Os procedimentos realizados foram os seguintes:

- a) Levantamento da literatura produzida a partir dos anos 2000 na área da Psicologia Escolar e Educacional e que redefinia a formação/atuação do psicólogo no campo educacional em uma perspectiva multiprofissional, educativa e em consonância com as DCNs para os Cursos de Graduação em Psicologia;
- b) Levantamento e análise de documentos oficiais que detalhavam o projeto

pedagógico, programas e disciplinas oferecidas nos cursos de Psicologia pesquisados;

c) Levantamento das disciplinas que se referem a processos educativos por meio de palavras-chave;

d) Elaboração dos instrumentos de coleta de dados na pesquisa de campo (questionário padronizado e entrevistas semiestruturadas e gravadas);

e) Levantamento e análise dos discursos de coordenadores/as de cursos de Graduação em Psicologia¹⁴;

f) Levantamento e análise dos discursos dos professores que ministrassem disciplinas e estágios curriculares vinculados à ênfase em “processos educativos e à atuação do psicólogo no campo da educação”;

g) Levantamento e análise dos discursos de alunos/as do 4º e 5º anos dos cursos de Graduação em Psicologia quanto aos elementos que compõem o pensamento e a prática docente universitária no que se refere à atuação do psicólogo no campo da educação;

h) Realização de grupo focal com coordenadores/as de cursos de Psicologia participantes da pesquisa, para contribuir com a análise dos dados da pesquisa.

Segue, abaixo, o número de participantes da pesquisa distribuídos de acordo com os procedimentos realizados, sendo importante notar que, apesar de prevalecerem as instituições privadas, houve uma preocupação em garantir a participação das confessionais e das privadas propriamente ditas, sendo selecionadas apenas as que já contavam com turmas de egressos (Tabela 1):

A maior parte das instituições concentrou-se nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, como podemos constatar na Tabela 2:

Tabela 1. Participantes da Pesquisa classificados por categoria.

Participantes	Número
Instituições de Ensino Superior públicas	5
Instituições de Ensino Superior privadas	12
Coordenadores de cursos de Psicologia	18
Professores que atuam em disciplinas da Psicologia relativas ao campo da Educação	41
Estudantes de Psicologia	761
Participantes do Grupo Focal	31

¹⁴ Posteriormente, houve a definição de um roteiro para análise do conteúdo discursivo de coordenadores e professores, focado no objeto da pesquisa.

Tabela 2. Número de Instituições de Ensino Superior participantes da pesquisa por estado da federação.

Instituições por Estado¹⁵	Número
São Paulo	9
Goiás	2
Minas Gerais	5
Rondônia	1
Total	17

Com relação às competências desenvolvidas, a pesquisa se coaduna com as seguintes considerações: “entre os pontos mais críticos no ensino superior encontra-se a formação científica (algo presente na pesquisa de 1988) e as competências para trabalhar com unidades de análise mais complexas que não o indivíduo, tais como grupos e organizações” (BASTOS; GONDIM; BORGES-ANDRADE, 2010, p. 268). Os estudantes também consideraram frágil a formação para coletar dados e elaborar relatos científicos, pareceres técnicos, além de atuar inter profissionalmente, competências essas que se referem a campos de atuação em grupos, instituições e políticas públicas de modo geral, não apenas ao da psicologia escolar/educacional.

A despeito disso, a pesquisa identificou sinais consistentes de mudança das propostas de disciplinas referentes a processos educativos, cujo foco, antes, reduzia-se a problemas de aprendizagem, e, a partir das DCNs, foi ampliado para questões de âmbito institucional. Entrevistas com os/as coordenadores/as mostraram as múltiplas determinações envolvidas na estruturação de um projeto político de curso, sendo que as DCNs influenciam tal processo em conjunto com outros aspectos essenciais, como a percepção dos envolvidos sobre as condições de inserção futura dos profissionais no mercado de trabalho na região de abrangência da Universidade, e também as condições do corpo docente de assumir os conteúdos acadêmicos selecionados para o curso (SOUZA et al., 2020).

Uma inovação das Diretrizes refere-se às ênfases oferecidas, as quais funcionam como eixos aglutinadores da organização curricular. Muitos consideram a ênfase em processos educativos como muito ampla, pois permite generalizar aspectos formativos e educativos sem, necessariamente, privilegiar o campo da educação (CONDE, 2020), embora a maioria dos/as professores/as entrevistados/as aprove as mudanças que o modelo das ênfases trazem à estruturação curricular. Elas constituem-se em “estratégia de organização curricular nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de

¹⁵ Incluiu-se na coletânea organizada por Souza et al. (2020) um capítulo oriundo da pesquisa de mestrado de Sarah Lemes de Almeida, que trabalhou no estado da Bahia com um desenho metodológico semelhante ao da presente pesquisa. Entretanto, dos 40 cursos do estado da Bahia, Almeida analisou 35 desenhos curriculares, sendo encontrada a ênfase em psicologia e processos educativos em nove deles (Almeida & Viégas, 2020). 22 docentes de 17 Instituições de Ensino Superior cederam entrevistas.

graduação em Psicologia (2004), as quais sinalizam algumas possibilidades, embora concedam autonomia para as IESs criarem ênfases específicas para atender suas singularidades” (ALMEIDA; VIÉGAS, 2020, p. 269).

Sete IESs de São Paulo traziam a ênfase “Psicologia e ou *em* Educação”. Muitos entrevistados frisaram a importância da formação em educação ao longo do curso, ponto importante se considerarmos que vêm crescendo as possibilidades de intervenção em outros espaços educativos para além da escola, ilustrando a concepção de que os processos educativos se fazem presentes nas mais diversas áreas de atuação dos psicólogos (TOASSA; SOUZA; SILVA, 2020).

Considerando também a importância da formação extracurricular, incluímos perguntas aos estudantes acerca da participação em eventos. As respostas mostraram a importância dos eventos promovidos pela própria Universidade e pelo departamento de psicologia nos quais estudam. Não obstante, há sérios indícios de que muitos profissionais ingressam na área de escolar sem possuir nenhuma noção básica sobre tal, conforme podemos ler na pesquisa relatada por Souza, Silva e Yamamoto (2014), buscando complementação de renda. Em tal contexto, há a necessidade de se melhorar a formação em psicologia escolar na graduação e pós, considerando a percepção geral da falta de cursos *stricto e lato sensu* (SANTOS; TOASSA, 2015), além de se incentivar formação continuada por via da capilarização proporcionada pela Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional e suas representações estaduais.

Nos diversos estados participantes, pôde-se constatar um avanço dos referenciais críticos (no comentário dos/as entrevistados/as sobre as principais referências utilizadas), mas ainda há necessidade de uma formação que proporcione novos conteúdos, que transmitam aos alunos a realidade vivida no Brasil (TOASSA; SOUZA; SILVA, 2020).

Cada vez mais, a partir de uma perspectiva crítica, entendemos a necessidade de nos aproximarmos das políticas intersetoriais, das práticas interdisciplinares, da necessidade de nos articularmos com os conhecimentos das áreas das ciências humanas e sociais aplicadas: antropologia, filosofia, sociologia, geografia humana, arquitetura, economia, história, educação. Dessa forma, a Psicologia Escolar e Educacional se constitui em uma área que apresenta sua face multiprofissional e interdisciplinar. Isso nos remete à necessidade de estudarmos, ainda mais, e de nos aprofundarmos no conhecimento das ciências humanas e sociais aplicadas. Esta apropriação só se torna possível por meio do método materialista, histórico e dialético que fundamenta nossa perspectiva teórico-metodológica e que possibilita uma compreensão crítica da escolarização.

Referências

ALMEIDA, S. L de; VIÉGAS, L. de S. Prefácio. In: SOUZA, M. P. R. et al. (org.). **Diretrizes curriculares e processos educativos**: desafios para a formação do psicólogo escolar. Curitiba: CRV, 2020, p. 267-288.

BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S.M.G.; ANDRADE, J. E. B. O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. O que mudou nestas últimas décadas? In: YAMAMOTO, O.H.; COSTA, A. L. F. (Ed.) **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Natal, RN: EDUFRN, 2010. p. 255–270.

CONDE, D. G. Prefácio. In: SOUZA, M. P. R. et al. (Org.). **Diretrizes curriculares e processos educativos: desafios para a formação do psicólogo escolar**. Curitiba: CRV, 2020, p. 15-27.

MELLO, Sylvia Leser de. Currículo: quais mudanças ocorreram desde 1962?. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 16-18, 1989. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931989000100004&lng=en&nrm=iso>

FACCI, Marilda Gonçalves Dias; SILVA, Silvia Maria Cintra da. Por uma formação para uma atuação crítica em Psicologia Escolar e Educacional. In: SOUZA, M. P. R.; SILVA, S. M. C.; YAMAMOTO, K. (Org.). **Atuação do psicólogo na Educação Básica: concepções, práticas e desafios**. Uberlândia: EDUFU, 2014, pp. 275-282.

PERETTA, Anabela Almeida Costa e Santos; CALDAS, Roseli Fernandes Lins; LARA, Juliana Sano de Almeida. A pesquisa: aspectos teórico-metodológicos. In: SOUZA, Marilene Proença Rebello de; SILVA, Silvia Maria Cintra da; YAMAMOTO, Kátia. (Orgs.). **Atuação do psicólogo na Educação Básica: concepções, práticas e desafios**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2014, pp. 33-46.

SANTOS, Fábila de Oliveira; TOASSA, Gisele. A formação de psicólogos escolares no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, p. 279-288, 2015.

SOUZA, M. P. R. de et al. Atuação do psicólogo na educação: análise de publicações científicas brasileiras. *Psicol. educ.*, São Paulo, n. 38, p. 123-138, jun. 2014

SOUZA, Marilene Proença Rebello de; SILVA, Silvia Maria Cintra da; YAMAMOTO, Kátia. (Orgs.). **Atuação do psicólogo na Educação Básica: concepções, práticas e desafios**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2014, pp. 33-46.

SOUZA, M. P. R. et al. (org.) **Diretrizes curriculares e processos educativos: desafios para a formação do psicólogo escolar**. Curitiba: CRV, 2020. 322 p.

TOASSA, G.; SOUZA, M. P. R. de ; SILVA, S. M. C. . DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS NOS PROCESSOS EDUCATIVOS. In: SOUZA, M. P. R. de; SILVA, S. M. C.; CHECCHIA, A. K. A. ; Ramos, C.J.M.; TOASSA, G.; BRASILEIRO, T. M. S. A. (Org.). **Diretrizes curriculares e processos educativos: desafios para a formação do psicólogo escolar**. 1ed. Curitiba: CRV, 2020, v. 1, p. 258-270.

SOUZA, M. P. R. de; SILVA, S. M. C.; CHECCHIA, A. K. A. ; Ramos, C.J.M.; TOASSA, G.; BRASILEIRO, T. M. S. A. (Org.) **Diretrizes curriculares e processos educativos: desafios para a formação do psicólogo escolar**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2020. v. 1. 322p .

TOASSA, G. ; SOUZA, M. P. R. de ; SILVA, S. M. C. . DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS NOS PROCESSOS EDUCATIVOS. In: SOUZA, M. P. R. de; SILVA, S. M. C.; CHECCHIA, A. K. A. ; Ramos, C.J.M.; TOASSA, G.; BRASILEIRO, T. M. S. A. (Org.). **Diretrizes curriculares e processos educativos: desafios para a formação do psicólogo escolar**. 1ed.Curitiba: CRV, 2020, p. 258-270.